



ELEIÇÕES NA ADUEM

Na próxima terça-feira (26), das 9h às 21h, acontecerá a eleição direta de diretoria e conselho consultivo da ADUEM. Atualmente, o colegio eleitoral da ADUEM é formado por 1.112 votantes. Para votar na eleição da ADUEM o docente deverá estar associado há pelo menos três meses. Participe!

EMU destaca parceria com Projeto Talentos na ADUEM

A parceria do Projeto Talentos na ADUEM com a EMU foi destaque durante pronunciamento de abertura das comemorações dos 35 anos de fundação da Escola de Música da Universidade Estadual de Maringá (EMU/UEM), realizado na última quarta-feira, no auditório Luzamor. A necessidade do apoio comunitário para a criação da Orquestra Profissional da UEM e a construção do bloco da Escola de Música, o A-45, foram ressaltadas no pronunciamento do presidente da ADUEM, professor Luciano Gonsalves Costa.

ADUEM firma convênio com SUPERA-Ginástica para o Cérebro



A Supera/Maringá, nova parceira da ADUEM, realiza serviços de estimulação cognitiva para o Cérebro. Os associados interessados em conhecer a respeito desse Método podem conferir os detalhes em: <http://www.metodosupera.com.br/unidades1/maringa>. A Supera/Maringá está sob a responsabilidade da psicóloga e especialista em neuropsicologia Mariangela Maestri.

CAMPANHA PROMOCIONAL

O SAPIENS COLÉGIO em parceria com a ADUEM está oferecendo aos docentes e demais servidores da UEM desconto de 10% para pagamento das mensalidades de seus dependentes, para o Ensino Médio, nas 1ª, 2ª e 3ª séries, em 2014. A promoção é válida para matrículas realizadas até o dia 30 de novembro de 2013. Para participar desta promoção, no ato da contratação no Ensino Médio do SAPIENS COLÉGIO, será solicitada a apresentação da carteira funcional do servidor para a sua matrícula ou de seus dependentes, além de que deverá confirmar a opção "Convênio ADUEM". Informações: Secretaria do SAPIENS COLÉGIO - Telefone: (44) 3223-0201.



OPINIÃO

AUTONOMIA E REFORMAS NAS IEES

O controle social sobre as instituições públicas (prefeituras, assembleias legislativas, escolas, câmara/senado federal, universidades, e outras) aumentou significativamente nos últimos anos. Atualmente, o resultado da fiscalização exercida por Controladorias, Ouvidorias, Tribunais de Contas, Conselhos Setoriais, Ministério Público, entre outros, tem fundamentado diferentes avaliações da relação custo-produtividade-benefício no serviço público de modo geral.

Aliado a isso, como uma demonstração de comprometimento social, a postura crítica da imprensa tem dado publicidade a constatações questionáveis na administração pública que são motivos de reprovação pela população.

Seguindo essa tendência, o desempenho das instituições educacionais continua sendo alvo de ressalvas tanto de especialistas como do grande público, principalmente em termos da insatisfação com os resultados de aprendizagem, da evasão escolar, bem como da gestão.

Em particular, com a difusão dos conceitos de transparência e de inovação no âmbito da gestão universitária, tudo leva a crer que a rotina administrativa das escolas superiores públicas no país deva igualmente passar por reformulações. Muito provavelmente, isso decorrerá de pressões da sociedade pela melhoria no planejamento, por avaliação de resultados e pela otimização de recursos.

E na perspectiva da autonomia universitária plena, qual seria o impacto de uma revisão organizacional?

A esse respeito, com base em informações disponibilizadas no Portal da Transparência da UEM, a título de ilustração, avaliemos o montante envolvido com a representação colegiada institucional: pelo menos, R\$4.050.000,00 por ano!

Se, por um lado, é perfeitamente compreensível que deva existir uma compensação pela responsabilidade oriunda da nova função, por outro, não resta dúvida de que pode haver um formato de representatividade que permita que boa parte desse montante seja revertida em edificações, por exemplo.

Lembre-mos que R\$4.500.000,00 é o orçamento do modelo de prédios administrativo-didáticos em construção no campus nos últimos anos.

Por fim, em meio ao estabelecimento de critérios, prioridades, metas e plano de ações, é oportunamente aceitável considerar que toda reestruturação necessite de um prazo mínimo de funcionamento para que, posteriormente, os efeitos de extinções e fusões implantadas sejam submetidos a exame comparativo.

Prof. Dr. Luciano Gonsalves Costa
Presidente da ADUEM